CONTRATO

Contrato de prestação de serviços ao abrigo das disposições legais conjugadas da alínea a), do n.º 1, do artigo 16.º, da alínea d), do n.º 1, do artigo 20.º e alínea a), do n.º 1, do artigo 40.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua versão atual, adiante designado por CCP.

Primeiro outorgante:

Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA (ISSA,IPRA), pessoa coletiva n.º 510928897, com sede na Avenida Tenente Coronel José Agostinho, 9700-108 Angra do Heroísmo, representado no ato pela Presidente do Conselho Diretivo, _____, com poderes para outorgar o presente contrato no uso de competência própria, conferida nos termos das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 106.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto- Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e alíneas a) e h) do artigo 7.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2014/A de 24 de janeiro que aprovou os Estatutos do ISSA,IPRA.

Segundo Outorgante:

_____, titular do CC n.º _____, na qualidade de representante legal da empresa MMC, Arquitetura e Design, Lda, pessoa coletiva n.º 512034443, com sede na Rua de S. Pedro, 172, Angra do Heroísmo, na qualidade de segundo outorgante.

É livremente celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª – Objeto

O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento tem como objeto a elaboração do Projeto Geral de Execução para a Remodelação/Reabilitação do Piso -1 e Acessos Verticais, do Edifício da Segurança Social de Angra do Heroísmo, sito à Av. Tenente Coronel José Agostinho, Angra do Heroísmo.

Cláusula 2.^a - Prazo da prestação de serviços

O contrato é celebrado pelo prazo de 75 dias, com início na data de assinatura do contrato.

Cláusula 3.^a - Obrigações do segundo outorgante

As constantes da cláusula 1.^a do presente contrato, bem como da proposta adjudicada.

Cláusula 4.^a - Obrigações primeiro outorgante

Constituem obrigações do ISSA, IPRA:

- a) Pagar ao adjudicatário o valor estipulado na sequência da adjudicação, de acordo com as condições de pagamento fixadas;
- b) Controlar a qualidade do fornecimento dos serviços;
- c) Designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo.

Cláusula 5.^a - Preço contratual

O preço a pagar pela totalidade dos serviços prestados é de 13.325,00€, ao qual acrescerá o valor do IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 6.^a - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo ISSA, IPRA, são pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção das respetivas faturas.
2. Em caso de discordância por parte do Instituto, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através dos meios utilizados para os devidos efeitos por parte deste Instituto.

Cláusula 7.ª - Forma e Documentos Contratuais

1. Fazem parte integrante do contrato o seguinte:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos e as retificações referidos nos n.ºs 1 a 3 do artigo 50.º.
2. Além dos documentos indicados no número anterior, a entidade fornecedora obriga-se, também, a respeitar, no que lhe seja aplicável e não esteja em oposição com os documentos do contrato, as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pelo órgão competente para a decisão de contratar e aceites pelo adjudicatário.

Cláusula 8.ª – Propriedade

1. Todos os documentos apresentados ao abrigo do presente contrato, bem como os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, são da propriedade do Instituto da Segurança Social dos Açores, IPRA, inclusive os ficheiros informáticos produzidos para esse efeito.

2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do respetivo Caderno de Encargos.

Cláusula 9.^a - Objeto do dever de sigilo e proteção de dados

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao ISSA, IPRA, que o prestador de serviços possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O adjudicatário, no âmbito tratamento dos dados a que tem acesso para execução do contrato, assume as seguintes obrigações:
 - a) Cumprir as obrigações previstas relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designado por Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD) e na legislação portuguesa relativa à proteção de dados pessoais;
 - b) Atuar de acordo com os critérios, requisitos e especificidades estabelecidos no contrato e com as instruções transmitidas pelo adjudicante, na qualidade de responsável pelo tratamento;
 - c) Proceder ao tratamento dos dados pessoais que lhe tenham sido fornecidos ou por si recolhidos, unicamente para cumprimento das finalidades previstas no contrato ou determinadas pelo adjudicante, na qualidade de responsável pelo tratamento;
 - d) Proceder à atualização dos dados pessoais sempre que se mostrem inexatos, devendo ser apagados ou retificados em caso de inexatidão;
 - e) Não usar os dados pessoais para finalidades diferentes das mencionadas no contrato sem consentimento prévio do adjudicante, na qualidade de responsável pelo tratamento;

- f) Destruir qualquer cópia dos dados tratados que tenha na sua posse, em suporte informático ou documental, sempre que não se justifique a sua conservação ou obrigatoriamente uma vez terminado o serviço objeto do presente contrato, sem prejuízo da existência de legislação específica em matéria de conservação dos documentos;
 - g) Não transmitir a terceiros os dados que lhe tenham sido fornecidos ou por si recolhidos no âmbito do contrato;
 - h) Assumir a responsabilidade derivada de incumprimento que lhe seja imputável no âmbito do RGPD e da legislação relativa à proteção de dados pessoais;
 - i) Cumprir as obrigações relativas ao direito de informação aos titulares dos dados sempre que proceda à recolha direta dos mesmos;
 - j) Fornecer toda a informação que lhe for solicitada, quer pelo adjudicante, na qualidade de responsável pelo tratamento, quer pela Comissão Nacional de Proteção de Dados, relativamente aos tratamentos dos dados, cujas finalidades se encontram abrangidas pelo presente contrato;
 - k) Adotar padrões de segurança organizacional e tecnológica, com recurso a práticas eficazes na gestão de segurança da informação, para efeitos de proteção da confidencialidade, integridade e acesso àquela;
 - l) Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas a garantir um nível de segurança dos dados pessoais adequado ao risco, bem como contra destruição, perda, alteração, divulgação não autorizada, acesso accidental ou legal;
 - m) Não transmitir nem revelar o teor e conteúdo, no todo ou em parte, de todos os dados, informações, documentos e comunicações de que tenham ou venham a ter conhecimento no âmbito de execução do contrato, sem prejuízo de previsão legal em contrário;
 - n) Adotar políticas de segurança e privacidade que garantam o cumprimento das obrigações assumidas nas alíneas anteriores.
4. Em tudo o que não estiver especificamente previsto na presente cláusula, aplica-se o disposto no RGPD e na legislação portuguesa relativa à proteção de dados pessoais.

Cláusula 10.^a - Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia escrita do ISSA, IPRA nos termos do CCP.
2. Para efeitos de autorização prevista no número anterior deve, em anexo ao pedido a formalizar junto do Instituto, ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento.

Cláusula 11.^a - Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente, greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedida de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para o restabelecimento da situação normal.

Cláusula 12.^a - Rescisão do contrato

1. O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do contrato confere nos termos gerais do direito, à outra parte, o direito de rescisão contratual sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Independentemente do disposto no número anterior, o contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes e a todo o tempo, com aviso prévio de 60 dias seguidos, através de carta registada com aviso de receção.
3. A rescisão nos termos do n.º 2 do presente artigo, não confere às partes a obrigação de indemnizar.

Cláusula 13.^a - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 14.^a – Contagem dos prazos

Os prazos previstos são determinados de acordo com o artigo 471.º do CCP.

Cláusula 15.^a - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 16.^a – Gestor do Contrato

De acordo com o despacho da Presidente do Conselho Diretivo deste Instituto, é designado como Gestor do Contrato, _____, Coordenador do Núcleo de Gestão do Património, nos termos do artigo 290.º-A do CCP.

Cláusula 17.^a - Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente, pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, bem como a legislação aplicável.

Angra do Heroísmo, 24 de maio de 2023

O Primeiro Outorgante

ISSA, IPRA

O Segundo Outorgante